

PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem nº 88, de 2016 (Mensagem nº 487, de 2016, na origem), do Senhor Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.*

RELATORA: Senadora **ANA AMÉLIA**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do nome da Senhora MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* da interessada, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

Nascida em Alegre, no Espírito Santo, filha de José Farani e Maria Luzia Jorge Farani, a indicada concluiu, no Instituto Rio Branco, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1981; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1989; e o Curso de Altos Estudos em 2001.

Nomeada Terceira Secretária em 1982, a diplomata foi promovida a Segunda Secretária em 1986. Por merecimento, foi promovida a Primeira Secretária em 1993; a Conselheira em 1999; a Ministra de Segunda Classe em 2003; e a Ministra de Primeira Classe em 2007.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Segunda e Primeira Secretária na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI); Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior; Primeira Secretária na Delegação Permanente em Genebra; Chefe da Divisão de Acesso a Mercados; Assessora e Chefe de Gabinete no gabinete do Ministro de Estado; Representante Permanente da Missão junto à ONU e Cônsul-Geral do Brasil em Genebra.

Foi, ainda, agraciada com as seguintes condecorações: Ordem do Mérito Santos Dumont; Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito Tamandaré; Ordem do Mérito da Defesa, no grau de Comendador; Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito Militar, no grau de Comendador; e com a *Ordre National du Mérit*, França.

Consta, ainda, do processado, além do *curriculum vitae* relatado, documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, contendo dados básicos sobre os organismos internacionais, com sede em Genebra, que estão sob acompanhamento da Missão Permanente do Brasil.

Além do próprio Escritório das Nações Unidas (UNOG, do inglês *United Nations Office at Geneva*), Genebra é sede de várias organizações internacionais e agências especializadas da ONU, entre os quais o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), o Alto

Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Internacional para Migrações, e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS).

O documento elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores traz, em separado, informações sobre essas organizações sediadas em Genebra. No presente Relatório, não entraremos em detalhes sobre cada uma dessas organizações e agências, uma vez que, no documento encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty, e disponível a Suas Excelências, esse detalhamento já é feito.

Cabem, entretanto, algumas observações sobre o Escritório das Nações Unidas em Genebra e sobre a Missão Permanente do Brasil em Genebra.

O Escritório em Genebra é a segunda maior sede da ONU (a primeira é a de Nova York, onde estão situados, entre outros órgãos, a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e a Secretaria-Geral da Organização). Em Genebra estão sediados, repita-se, diversas agências e organizações do Sistema ONU. O Escritório situa-se no Palácio das Nações, edifício cuja construção teve início em 1929 com vistas a abrigar a Sociedade – ou Liga – das Nações, primeira tentativa de organização internacional de caráter universal, criada em 1919 e substituída pela ONU após a 2ª Guerra Mundial.

Em 1924, o Brasil estabeleceu, em Genebra, sua primeira Missão Diplomática permanente junto a uma organização internacional (Delegação Permanente do Brasil à Liga das Nações), com “status” de Embaixada. Nas últimas décadas, a Missão Permanente do Brasil em Genebra foi chefiada por, entre outros, Paulo Nogueira Batista (1983-1987), Rubens Ricupero (1987-1991), Celso Amorim (1991-1993 e 1999-2001), Luiz Felipe Lampreia (1993- 1995), Luiz Felipe de Seixas Corrêa (2002-2005) e a própria Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo (2008-2013).

Sobre a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Relatório do Itamaraty informa que se trata da autoridade diretiva e coordenadora para o tema da saúde no sistema das Nações Unidas. Está encarregada de debater as questões mundiais de saúde, formular a agenda de pesquisa nessa área, estabelecer normas e padrões, articular opções de políticas com base em evidências, fornecer apoio técnico para os países e monitorar as tendências sanitárias mundiais. A OMS e seus países-membros trabalham com muitos parceiros, incluindo agências, doadores, organizações não governamentais, centros de apoio da OMS e o setor privado, destaca o documento.

Quanto à Organização Internacional do Trabalho (OIT), trata-se da agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. O Escritório Internacional do Trabalho é o secretariado permanente da OIT, sua matriz operacional. A administração e o gerenciamento são descentralizados em escritórios regionais e representações em mais de 40 países, inclusive o Brasil, sob a liderança do Diretor-Geral. O escritório regional para a América Latina e o Caribe está localizado em Lima, Peru.

Estabelecido em 1994, por uma resolução do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), e lançado em janeiro de 1996, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) mobiliza e apoia os países para alcançar o acesso universal à prevenção, tratamento e cuidados no que concerne ao HIV. Reúne os recursos do Secretariado do UNAIDS e de dez Organizações do Sistema ONU (as Agências Copatrocinadoras), em esforços coordenados e especializados para unir o mundo contra a Aids. O UNAIDS é guiado por uma Junta de Coordenação de Programas (PCB), com representantes de 22 Governos de todas as regiões geográficas, além das Agências Copatrocinadoras (ACNUR, Banco Mundial, OIT, OMS, PMA, PNUD, UNESCO, UNFPA, UNICEF e UNODC) e do Secretariado do UNAIDS, e representantes de organizações não-governamentais, incluindo associações de pessoas vivendo com HIV.

Sobre o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), destacamos do Relatório do Itamaraty que foi

criado pela Assembleia Geral da ONU (AGNU), em 14 de dezembro de 1950, com o objetivo original de ajudar europeus deslocados à força durante a Segunda Guerra Mundial. Em 28 de julho de 1951, foi adotada a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, instrumento que passou a embasar os trabalhos do ACNUR.

O mandato do ACNUR, inicialmente previsto para durar somente três anos, foi continuamente estendido diante da constatação de que novas crises de refugiados continuavam a surgir, passando a abranger a assistência a vítimas de perseguição, violência e intolerância em todo o mundo. Em 1967, foi adotado o Protocolo à Convenção de 1951, que ampliou a definição de refugiado para além do continente europeu.

Em suas quase sete décadas de existência, o ACNUR já beneficiou com seu trabalho milhões de pessoas: refugiados, solicitantes de refúgio, deslocados internos, apátridas e retornados. Foi agraciado, em duas ocasiões, com o Prêmio Nobel da Paz (1954 e 1981). Emprega, hoje, mais de 9.700 pessoas e desenvolve atividades em 126 países. Sua importância é significativa, sobretudo diante das crises de refugiados pelas quais o mundo passa na atualidade.

Criado em 1859 e tendo recebido a atual denominação em 1876, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é um dos principais órgãos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Tem escritório em Brasília desde 1991. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz em três ocasiões, nos anos de 1917, 1944 e 1963.

O CICV se declara, observa o Relatório do Itamaraty, como “uma organização independente e neutra, que assegura a proteção humanitária e a assistência às vítimas de conflitos armados e de outras situações de violência”. Atua em resposta a emergências, crises e calamidades, e também desenvolve trabalhos permanentes de acompanhamento e promoção do respeito ao direito internacional humanitário e à sua implementação nas legislações nacionais dos países.

Citamos aqui algumas das organizações com as quais nosso Escritório em Genebra trata diretamente. Há outras mais. Nesse sentido, vale destacar a relevância do posto para o qual a diplomata é indicada, haja

vista a diversidade e complexidade de temas que poderão ser enfrentados pelo Brasil nesses fóruns. Inegável que Sua Excelência tem grande experiência nos assuntos multilaterais e conhece sobremaneira o posto ao qual foi indicada para voltar a chefiar.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2016.

Senador Lasier Martins, Presidente eventual

Senadora Ana Amélia, Relatora